

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Maioridade penal é vacina de Flávio contra fim da 6x1

Os debates da Globo e da Band, assim como as sabatinas dos dois candidatos a presidente após o Jornal Nacional, são a prioridade das equipes de campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL) e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nessa reta final das eleições.

A preocupação com esses eventos se tornou ainda maior diante das últimas pesquisas eleitorais, com empate na expectativa de votos entre os dois candidatos. Apontam para uma decisão por diferença mínima – no fotochart, como se diz nas corridas de cavalo. A pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira, 15, pontuou 51% do eleitorado em favor de Flávio Bolsonaro contra 49% para Lula, com margem de erro de dois pontos percentuais para cima e para baixo.

A equipe do candidato do PL viu a aprovação da derrubada da escala 6x1 pelo Senado, na quarta-feira, 14, como um evento capaz de influir no resultado das eleições. Até sexta-feira não havia segurança sobre o peso dessa votação junto ao eleitorado, mas ela acendeu o alarme entre os bolsonaristas.

O candidato do PL e seus assessores trataram de buscar uma possível “vacina” contra a influência da derrubada da 6x1 para ser usada já no primeiro debate eleitoral, marcado para o domingo, 18 – o debate da Band.

A expectativa de Flávio e seus assessores é de que Lula explore no debate o tema da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da derrubada da 6x1 aprovada pelo Congresso. Tanto que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União AP), uma aliado de Lula, mar-

cou às pressas a promulgação da PEC para esta sexta-feira, 15, que antecede o debate.

A ideia é usar a promulgação como um evento que chame mais atenção ainda para a redução da escala de trabalho, beneficiando eleitoralmente o presidente.

A “vacina” encontrada pelos marqueteiros de Flávio Bolsonaro é tentar inflar no debate do domingo o tema da diminuição, de 18 anos para 14 anos, da maioridade penal.

Para a esquerda, a prisão de menores de 18 anos é um tema tabu que o opõe progressistas a uma parcela considerável do eleitorado. É capaz de causar quase tanto constrangimento quanto causa aos bolsonaristas o tema da derrubada da escala 6x1, conquistada pelo governo no Congresso e que é apoiada pela grande maioria da população.

Para colocar em pauta o tema, os aliados de Flávio Bolsonaro apresentaram uma emenda propondo a diminuição da maioridade penal de 18 para 14 anos na PEC da Segurança Pública, que Alcolumbre havia pautado para quinta-feira, 15. Os governistas reagiram com uma emenda que estabelece a diminuição da maioridade como válida só para crimes hediondos. E uma parcela da esquerda abriu novo flanco de polêmica, por considerar a emenda do PT como uma concessão inaceitável.

O resultado foi o impasse nas negociações da PEC em plenário, que levou Alcolumbre a suspender a votação.

Nessa batalha, a oposição parece ter-se saído melhor. Evitou a aprovação da PEC que Lula defende para poder criar o Ministério da Segurança Pública, e evitou também que mais um tema para cantar vitória no debate de domingo. Além disso, colocou novamente em discussão na sociedade a diminuição da maioridade penal.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

‘Companheiro’ Davi salvou Lula

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), salvou o governo ao retirar de pauta a PEC da Segurança que, de possível trunfo, havia se transformado em um grande rico para o presidente Lula (PT), que por pouco não toma uma previsível rasteira da oposição.

Talvez animado com as perspectivas — confirmadas na votação, anteontem — favoráveis à aprovação do fim da escala seis por um, o Planalto minimizou os riscos relacionados à outra proposta de emenda constitucional. Ao insitir na votação do projeto, o governo abriu a guarda para o contra-ataque do PL. A jogada da oposição foi simples: buscar incluir na PEC da Segurança emenda do senador Rogério Marinho (PL-RN) que reduz a maioridade penal para até 14 e 16 anos, dependendo do crime. Uma proposta que, apesar de todas as suas inconsistências, tem inegável apelo popular entre brasileiros amedrontados pela violência e que teria grandes chances de ser aprovada.

Maior de idade, assim como todos os criminosos que sequestram o país, Daniel Vercaro e seus cúmplices roubaram bilhões, mas nenhum deles apontou uma arma para a cabeça dos cidadãos ou furtou celulares, crimes presentes no cotidiano e que tiram o sono de praticamente todos nós.

O barata-voa no governo foi tamanho que houve uma explícita bateção de cabeça. Para tentar minimizar os danos e evitar e reforçar o mote de que o governo “protege bandidos”, o líder do PT no Senado, Camilo Santana (PT-CE),

apresentou emenda que reduz a maioridade para 16 anos em apenas alguns crimes.

Dono da única voz que conta entre os petistas, Lula entrou em campo, manifestou suas discordância com a emenda de Santana e mandou que sua base se virasse para votar a PEC do jeito que ela fora aprovada pela Câmara dos Deputados.

O impasse reforçou a soberba de Lula, incompreensão do Congresso e falta de noção sobre o poder da bancada governista. A PEC do fim da seis por um não foi aprovada com facilidade pela força da esquerda no Senado, mas pelo temor dos parlamentares em se posicionarem contra uma pauta muito popular, de fácil entendimento. Até mesmo Flávio Bolsonaro, com medo de perder a eleição, se viu obrigado a votar favoravelmente.

A PEC da Segurança não é assim tão simples de ser compreendida. É uma lei que viabiliza mudanças que, na avaliação do Planalto, possibilitarão uma vida mais tranquila aos brasileiros. Mas é algo mais complexo, que incorpora uma visão do próprio governo sobre o tema, uma visão interessante, mas que não esgota o assunto. Não seria difícil para a oposição dizer que as medidas não passam de blá-blá-blá, que o bom mesmo é punir os suspeitos de sempre, quase todos pobres e pretos.

Ao aprovarem o fim da seis por um, parlamentares de oposição salvaram a própria pele; se votassem à outra PEC do jeito que saiu da Câmara, colocariam mais recheio na empada petista. Mais uma vez perdido nos corredores do Congresso, o governo acabou resgatado por Alcolumbre, que agora virou inimigo de vez da oposição e merece até ser chamado de “companheiro” pelos petistas.

EDITORIAL

Por mais políticas públicas para os professores

A educação é frequentemente apresentada como a principal ferramenta para transformar uma sociedade, reduzir desigualdades e construir um futuro mais justo. No entanto, esse discurso perde força quando o poder público deixa de oferecer condições dignas de trabalho, remuneração adequada e perspectivas de crescimento profissional aos responsáveis por ensinar. A desvalorização dos professores é um problema histórico que compromete não apenas a qualidade do ensino, mas também o desenvolvimento do país.

Faltam políticas públicas consistentes para tornar a carreira do magistério atrativa, estável e financeiramente viável. Em muitas redes de ensino, os salários não acompanham as responsabilidades da profissão, enquanto a sobrecarga de trabalho, a falta de infraestrutura e a pressão cotidiana ampliam o desgaste físico e emocional dos educadores. Soma-se a isso a dificuldade de construir uma trajetória profissional que permita avançar na carreira sem depender exclusivamente do acúmulo de jornadas.

O resultado é preocupante. Cada vez menos jovens enxergam na docência uma opção capaz de garantir segurança financeira e reconhecimento social. Cursos de licenciatura enfrentam dificuldades para atrair estudantes, e a evasão de profissionais da educação torna-se um desafio para sistemas de ensino que já convivem com carências de pessoal. Não se pode esperar que uma profissão essencial ao futuro das novas gerações sobreviva apenas à custa da vocação e do idealismo de quem a exerce.

É necessário romper com a lógica de que ensinar é uma missão que justifica sacrifícios permanentes. Vocação não paga contas, não substitui condições adequadas de trabalho nem compensa a ausência de oportunidades de desenvolvimento profissional. Valorizar o magistério significa reconhecer que a dedicação dos educadores precisa ser acompanhada de direitos, remuneração justa e respeito.

Para mudar esse cenário, governos federal, estaduais e municipais devem estabelecer compromissos duradouros com a educação. Isso inclui planos de carreira efetivos, salários competitivos, formação continuada, progressão profissional transparente, melhores condições nas escolas e medidas concretas para reduzir a sobrecarga dos docentes. Também é fundamental assegurar o cumprimento dos pisos salariais e fortalecer mecanismos de financiamento que permitam transformar normas legais em realidade.

A valorização dos professores não pode depender de promessas eleitorais nem de iniciativas isoladas de cada administração. Precisa ser uma política de Estado, com metas, recursos e fiscalização. Afinal, não existe educação de qualidade sem profissionais reconhecidos e respeitados. Um país que negligencia seus professores compromete o aprendizado de seus estudantes e limita suas próprias possibilidades de crescimento. Investir no magistério não é uma despesa a ser contida, mas uma decisão estratégica para o futuro nacional.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal